



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 21ª  
(VIGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER A LEI QUE REGULAMENTA A ELEIÇÃO INDIRETA  
PARA GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL  
DE 25 DE MARÇO 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo a todos os presentes na galeria e também aos que estão aguardando para adentrar o plenário que iremos transformar esta sessão ordinária em comissão geral, de acordo com o Requerimento nº 1.998, de 2010.

Antes, porém, a Deputada Eurides Brito tem um pronunciamento a fazer.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Minhas saudações a todos os que aqui estão para que possamos juntos estudar as questões relacionadas à eleição que a Câmara Legislativa, por força de suas obrigações, tem que normatizar e fazer acontecer nesses próximos dias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2

Solicitei ao Sr. Presidente, antes que S.Exa. transformasse esta sessão em comissão geral, a oportunidade de falar sobre este título: "Ajuda milionária de Eurides ao seu genro". Já quero avisar a todos os jovens casadoiros aqui que só tenho uma filha e, então, não posso nem mais ter candidatos a genros.

O político, o parlamentar, o cidadão pode aguentar acusações, mas chega um momento em que tem de se dizer: basta! Então, acabo de assinar um cheque para mandar publicar no *Correio Braziliense* de amanhã, na primeira página do Caderno *Cidades*, Deputado Reguffe, Deputado Cabo Patrício e Deputada Eliana Pedrosa, a seguinte nota, que peço permissão para ler:

"Nota de esclarecimento à população.

Sobre a matéria de capa do *Correio Braziliense* de 25 de março de 2010, venho a público informar que:

1. As emendas orçamentárias que destino desde 2008 à manutenção e programação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro são feitas a pedido da Secretaria de Cultura para que a Orquestra possa sobreviver, uma vez que os recursos orçamentários a ela destinados são insuficientes para manter a programação de um bimestre – para que se tenha ideia, o orçamento da programação para este ano foi de 300 mil reais, dos quais já foram contingenciados 100 mil reais.
2. Outros Parlamentares também têm destinado recursos para o mesmo fim.
3. A presença do Maestro Ira Levin, internacionalmente conhecido, à frente da Orquestra não teve a minha participação, mas sim o convite direto a ele feito pelo Secretário de Cultura e pelo Governador do Distrito Federal – eu quero aqui fazer um parêntese para dizer que ele veio da Alemanha para o Brasil, em 2001, a convite do hoje Ministro Marco Aurélio Garcia, da Presidência da República, para soerguer a Orquestra Municipal do Teatro Municipal de São Paulo, o que foi feito. Depois de três anos, na administração Marta Suplicy, deixou aquela Orquestra, colocada como a primeira orquestra do Brasil. Essa razão fez o Governador Arruda convidá-lo para vir fazer um trabalho igual no Distrito Federal. A presença, portanto, dele se deve a este trabalho. Ele é patrocinado pelo BRB, como na administração em São Paulo também era patrocinado por um banco, não recebendo, portanto, nenhum centavo de emenda parlamentar.
4. A Associação Pró-Orquestra, que tantos benefícios tem trazido ao funcionamento da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, foi organizada em 2007, a pedido da própria Secretaria de Cultura do Distrito Federal, e dela não faço parte e nenhum familiar meu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

5. Portanto, as questões administrativas devem ser respondidas pela Associação e pela Secretaria de Cultura. É lamentável que isto aconteça neste ano, quando o quadro da Orquestra – portanto, sua existência oficial – completa 30 anos e foi por mim criado quando Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, no Governo Aimé Lamainson – portanto, as questões administrativas devem ser respondidas pela Associação e pela secretaria, e não pelos Deputados que apresentam emendas.
6. Tomarei as medidas judiciais cabíveis para que os fatos relatados na edição do jornal e que envolvem o meu nome sejam devidamente esclarecidos e minimizados, posto que jamais se apagam os prejuízos morais que me causaram.

Brasília, 26 de março de 2010.

Eurides Brito.

Deputada Distrital”

Esta nota deve sair amanhã, dia 26 de março, na primeira página do Caderno *Cidades*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eurides Brito, pelo seu pronunciamento.

A Presidência vai transformar a presente sessão ordinária em comissão geral para debater a lei que regulamenta a eleição indireta para governador do Distrito Federal, proposta pela Deputada Eliana Pedrosa e outros.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

Solicito às pessoas que quiserem adentrar, neste momento, o plenário que fiquem à vontade para se sentarem aqui e acompanharem a presente comissão geral. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Convido para compor a Mesa a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Alírio Neto, a Deputada Eurides Brito e o Deputado Reguffe.

Convido o Conselheiro da Seccional da OAB do Distrito Federal, Dr. Rodrigo Fernandes de Moraes Ferreira, representando o Sr. Presidente da OAB, Dr. Francisco Caputo, para também compor a Mesa.

Convido o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Torquato Jardim, para também compor a Mesa.

Convido o Deputado Milton Barbosa, que acaba de chegar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

Sob a proteção de Deus, composta a Mesa, iniciamos os nossos trabalhos

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, que debaterá sobre a lei que regulamentará a eleição indireta para Governador do Distrito Federal.

Quero fazer um esclarecimento, até para que não paire nenhuma dúvida. Hoje, a Mesa Diretoria baixou um ato regulamentando a eleição indireta aqui no Distrito Federal. Mas nada impede que esta discussão com as pessoas que conhecem a legislação eleitoral, como o Dr. Torquato Jardim, um especialista no assunto que, inclusive, tem debatido muito este tema nos últimos dias, como também os Parlamentares que se encontram presentes, como a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Milton Barbosa, a Deputada Eurides Brito, o Deputado Reguffe, o Deputado Alírio Neto e também o representante da OAB. As pessoas irão fazer uso da palavra e, é claro, poderemos adequar o ato, no futuro ou nos próximos dias, quando formos realizar a eleição indireta no Distrito Federal, em função da excepcionalidade da situação.

Lembrando a todos que segunda-feira, às 10h da manhã, teremos sessão extraordinária para aprovação da PELO nº 40, que muda a linha sucessória no Distrito Federal. Haverá também a aprovação do projeto de lei que regulamentará a eleição indireta no Distrito Federal, votação prevista para 1º e 2º turnos. Inclusive, os Parlamentares já estão todos convocados para esta sessão extraordinária.

Solicito à Assessoria de Plenário que passe para as pessoas aqui presentes a cópia do ato que foi publicado hoje no Diário Oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Convido para compor a Mesa o Deputado Raad Massouh.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas que estão na galeria, imprensa, essa questão da eleição indireta segue o que já está na Constituição Federal. E a Constituição Federal sempre tem que prevalecer sobre a Lei Orgânica do Distrito Federal. Em minha opinião, não pode ser uma disputa de nomes.

Quero repetir aqui um pronunciamento que fiz nesta Casa, nesta tribuna, acrescentando mais algumas coisas. Em minha opinião, essa não pode ser uma disputa entre nomes, não pode ser “fulanizada”. Ela deve ser uma disputa de ideias de projeto de cidade para esse governo de transição, para esse mandato tampão que será feito e que é muito importante para o futuro desta cidade. Esta cidade vem sendo achincalhada Brasil afora, e todos aqueles que têm responsabilidade com o futuro desta cidade tem que entender este momento em que vivemos.

Eu coloquei um conjunto de propostas que me faria votar em um candidato a governador. E quero colocar essas propostas em debate.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5

Em minha opinião, o Governo, como ele existe hoje, atende mais à perpetuação de máquinas políticas do que ao contribuinte, com a devolução de serviços públicos de qualidade ao contribuinte. O primeiro compromisso que eu queria do candidato é que ele defendesse a redução de pelo menos 50% do número de cargos comissionados no Governo do Distrito Federal. A França possui 4 mil e 800 cargos comissionados. Os Estados Unidos possuem 5 mil e 600. E o Distrito Federal, que é desse tamanhinho, possui 15 mil 553 cargos comissionados. Não dá para continuar assim. Um governo tem que servir ao contribuinte, e esse excesso é prejudicial ao contribuinte.

Segundo compromisso: a publicação de todas as despesas do Governo pela *Internet*. Em toda saída de caixa deveria constar o valor, a ordem bancária, o beneficiário, a descrição do serviço e o CPF ou CNPJ do beneficiário para que a sociedade inteira pudesse fiscalizar como está sendo gasto cada centavo do seu dinheiro.

Terceiro, seria a implantação de pregão eletrônico para todas as compras que o Governo fizer e que a legislação permitir. Isso daria, em minha opinião, maior transparência e preservaria melhor o dinheiro suado do contribuinte.

Além disso, o Distrito Federal precisa passar por uma reforma administrativa. Existem cargos muito bem remunerados e outros que são pouco remunerados. Um diretor de obras de uma administração regional ganha R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) bruto. Não tem cabimento alguém que assina a liberação de obras ganhar esse valor.

Eu usei esse tempo nesta comissão geral tão importante, pois esta Casa abre para a sociedade o espaço para que se discuta aqui este assunto. A Câmara Legislativa presta um serviço à sociedade no momento em que abre essa discussão a toda a população do Distrito Federal. Aproveitei o momento para colocar algumas ideias em debate. Penso que temos de elaborar uma questão que não envolva apenas nomes, mas também ideias. Quais são as ideias que queremos colocar neste mandato tampão para que se possa devolver o Governo do Distrito Federal e para que este Governo seja mais próximo desse fosso que existe entre os representantes e os representados?

Hoje vivemos um Estado Democrático de Direito, porque os que estão aí representam a sociedade de direito, mas a sociedade não se considera representada pelos seus representantes. Isso é gravíssimo. Não existe um Estado Democrático de fato. Portanto, precisa-se mudar algumas coisas. Dá para fazer uma grande revolução de políticas públicas nas áreas de Educação, Saúde e Segurança. Dá para fazer mudanças urgentes. Penso, por exemplo, que as emergências dos hospitais públicos não podem continuar como estão, funcionando como depósitos de seres humanos sentindo dor, esperando quatro horas para serem atendidos. Em minha opinião, deveria haver um médico por emergência para se começar a triagem ali,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6

para se começar um primeiro atendimento. Em todas as agências do Banco do Brasil existe um aparelho eletrônico para chamar a pessoa pela senha. Na emergência, grita-se o nome. É uma coisa meio desumana. Então, dá para fazer mudanças de políticas públicas, mas o tempo também é muito curto. Não dará para mudar muito, mas dá para fazer uma mudança na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

Eu queria agradecer o tempo concedido. Queria ver nessa disputa uma disputa de ideias em que não houvesse acusações pessoais, coisas que, para mim, não é política. Política é algo muito maior. Eu queria ver esse debate de ideias. Eu queria que, ao final deste mandato tampão, aquele que assumisse o Governo, entregasse ao governante eleito pela população do Distrito Federal um governo saneado do ponto de vista moral e do ponto de vista econômico. O contribuinte do Distrito Federal é honesto, apesar de estar sendo achincalhado pelo Brasil afora, como se desonesto fosse. É isso que esse contribuinte merece dos representantes. E eu espero que esta Casa tenha a responsabilidade de fazer isso elegendo uma pessoa proba, honesta e que coloque ideias para melhorar esse Governo, que é o que a população sinceramente merece.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Reguffe.

Registro as seguintes presenças: Sr. Tiago Monteiro Tavares, assessor parlamentar da ACDF; Sr. Paulo Miranda, jornalista do Senado, representando o Senador Cristovam Buarque; Sr. Nilton Reis Batista Júnior, vice-presidente do Partido Verde; Sra. Rosa Helena Fernandes de Oliveira, psicóloga da CES. No decorrer da comissão geral, divulgaremos mais presenças.

Registro a presença da Deputada Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas presentes, na verdade, tive, junto com outros companheiros, a oportunidade de ser um dos primeiros a alertar sobre a questão da vacância do cargo de governança do Distrito Federal, caso em que a legislação brasileira, em especial a Constituição brasileira, prevê a eleição indireta no Poder Legislativo local. No caso, como a nossa unidade da Federação é diferenciada, Brasília é *sui generis*, seria na Câmara Legislativa.

Fui questionado e, em matéria jornalística, colocaram como se eu quisesse trazer para o Poder Legislativo local, para a Câmara Legislativa, benefícios que não eram legítimos desta Casa. Saí, inclusive, na capa do jornal no dia, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu e, se não me engano, com a Deputada Eliana Pedrosa também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7

Nada disso tem a ver com a realidade. Apenas tive o cuidado de pesquisar o que tinha acontecido em outros estados, quando da vacância do governador e do vice-governador. Observei que em Sergipe assim se tinha procedido: embora a lei estadual, a constituição estadual daquele estado previsse que o presidente da Assembleia Legislativa assumiria o cargo de governador no caso de vacância no último ano, a Associação de Magistrados entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade e conseguiu, inclusive, liminar para que se procedesse à eleição indireta com a Assembleia Legislativa local como colégio eleitoral.

Posto isso, para esclarecer, por uma questão de justiça, não há nada pessoal com relação ao presidente da Câmara, o Deputado Wilson Lima, embora eu não tenha votado nele. Evidentemente, todo mundo sabe disso em Brasília. Não é nada pessoal, muito pelo contrário. Considero-o uma pessoa extremamente generosa, uma pessoa educada, mas temos que cumprir aquilo que prevê a Lei Magna deste País.

Colocado isso, temos uma questão fundamental para o Distrito Federal. Brasília tem como principal marco na sua história ter trazido o desenvolvimento do Brasil para o interior. Brasília é fundamental para o nosso País, foi fundamental. Por isso, acho que essa crise não é só do Distrito Federal, é sistemática; esses tipos de crises são sistemáticos em nossos estados e até mesmo na Federação.

Estamos falando aqui da situação de envolvimento do Poder Público normalmente com as pessoas que patrocinam, de uma forma ou de outra, as campanhas eleitorais no Brasil. Temos que parar de ser, de certa forma, hipócritas. A legislação brasileira prevê que o empresário pode bancar campanha política, inclusive deve declarar isso abertamente nas suas contas. Estou vendo agora a campanha para presidente da República do Democratas, do José Serra. Estimou-se a campanha em 800 milhões de reais. A campanha da candidata do PT está estimada em 800 milhões de reais também, pelo menos o caixa oficial das duas campanhas está dizendo isso. Imagine se alguém vai patrocinar uma campanha investindo 50 milhões de reais, um empresário neste País, que tem como premissa, ao ser empresário, visar ao lucro! Se ele quer fazer filantropia, com certeza, ele está buscando um caminho que, a meu ver, não é o correto. Se ele está investindo 50 milhões de reais numa campanha para presidente da República, é porque ele busca um retorno mais tarde. Se ele aplica cinco milhões de reais numa campanha para governador de estado, com certeza ele quer o retorno de alguma forma. A coisa tem de ser clara. Nós precisávamos enfiar o dedo nessa ferida e fazer uma discussão muito séria sobre isso, muito séria. Porque o que vemos depois, claramente, é que as pessoas são beneficiadas abertamente. Vamos ser claros. Normalmente, quem banca ou quem faz a campanha de *marketing* do candidato, quando termina a campanha — não interessa quem é o candidato —, acaba assumindo as contas de comunicação daquele estado, daquela Federação ou da União. Vamos ser claros. Assim foi com Fernando Henrique, assim foi com Lula também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8

Brasília tem a responsabilidade, por ter sido um marco histórico no desenvolvimento deste País, de ser também um marco histórico no desenvolvimento da questão eleitoral e política deste País, aproveitando essa crise, fazendo uma grande transformação e falando abertamente sobre isso.

É óbvio que quem banca a campanha depois ganha as obras. Empreiteiras estão cansadas de ganhar obras neste País. Nós sabemos disso. Todo mundo sabe disso que estou falando aqui. Então, nós, de Brasília, tínhamos de ter a coragem de sair dessa crise fazendo uma grande proposta para o País.

Acho que há questões provincianas que são fundamentais para nós brasilienses. É verdade. Quem mora em Taguatinga sabe da necessidade de ampliação da EPTG; quem mora em Sobradinho sabe que as vias marginais que estão sendo feitas lá são fundamentais; nós temos o anseio de ser sede da Copa do Mundo. É importante que o candidato a esse governo, mesmo que seja por este período de seis, sete meses, tenha compromisso de concluir essas obras. É fundamental, não tenho dúvida, que tenha o compromisso de evitar a intervenção em Brasília.

As pessoas não entendem muito bem o que é intervenção. Leiam a Constituição Brasileira, entendam o que é intervenção, o que significa para Brasília e para o Brasil um estado estar sob intervenção. É fácil falar sem conhecimento. Procurem se aprofundar nesta questão, entendam o que é intervenção, o que significa: que medidas provisórias não podem ser apreciadas no Congresso Nacional, que empréstimos internacionais para o Distrito Federal vão ficar comprometidos. Compreendam isso tudo. Temos que ter a ousadia para que essa pessoa que se submeta a conduzir Brasília nesta crise também tenha a capacidade de, junto conosco, fazer o universo político de Brasília, que está cambaleante, de aproveitar este momento e transformar esta crise em algo construtivo. É claro, garantindo as nossas questões provincianas – vamos dizer assim –, de obras, de transformações urbanísticas que precisamos, mas que tenha a coragem de falar sobre esta crise realmente da forma como ela é.

Esta crise, quero dizer para vocês, é sistemática. Nós tivemos uma crise semelhante a esta no Rio Grande do Sul, agora recentemente, com o PSDB, se não me engano, com a Governadora Yeda. Tivemos essa crise também, há pouco tempo, se não me engano, com o Governador Marcelo Déda, em Aracaju, Sergipe. Tivemos uma crise semelhante em um estado do norte do País, com o Governador Cassol. Gente, isso é sistemático! E nós vamos continuar tendo essas crises, se não tivermos coragem de falar abertamente como se deve conduzir a campanha eleitoral no Brasil e como será a forma de financiamento. Volto a insistir: o que está acontecendo conosco é falta de coragem de enfiar o dedo na ferida e falarmos abertamente. E, às vezes, ainda abrimos os jornais e ficamos hipocritamente – vamos ser claros, porque nós sabemos do que eu estou falando aqui – assustados com o que lemos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9

Eu quero encerrar as minhas palavras dizendo para vocês que essa crítica que vou fazer agora não é para o Governo Lula, é para todos os governos federais que já aconteceram neste País até agora, pelo menos depois do retorno democrático: é óbvio que o sistema financeiro deste País domina o Governo Federal. É óbvio! Nenhum banco neste País quebra porque existe um sistema de proteção. E por que existe? Porque eles financiam a campanha do Poder Executivo Federal. Lembro-me muito bem de que, quando mais novo, quando abríamos uma conta no banco, eles até pagavam juros para termos o dinheiro na conta. Hoje, paga-se até para ver o extrato, para saber quanto se tem. Podem ter certeza de que banco não quebra neste País, porque eles bancam a campanha do Governo Federal e depois se beneficiam através do Banco Central com resoluções que só trazem proveito para os bancos. As empreiteiras controlam os municípios e os estados, bancam a campanha e depois ganham as concorrências, as licitações. O sistema financeiro banca a campanha do Governo Federal e depois é beneficiado, através do Banco Central. Os marqueteiros bancam as campanhas dos prefeitos, participam das campanhas dos prefeitos, de governadores de estados, do Poder Executivo federal e depois as empresas deles ganham as contas de comunicação. Tudo isso tem que ser dito muito claramente. Nós temos que achar uma solução para isso.

E mais, vou ser claro: é impossível se imaginar que este País continue a gastar no poder municipal, estadual e federal o que se gasta em comunicação, já que as empresas de comunicação deste País são todas concessões públicas. A publicidade de estado tinha que ser de graça também. Tinha que ser de graça porque a concessão é pública e, quero ser mais claro ainda, não vejo falar em licitação nenhuma de concessão de televisão há muito tempo. E nós sabemos. Eu quero fazer essa observação aqui e tenho que dizer para vocês que estou disposto a enfiar o dedo na ferida e pagar o preço disso. Se uma banca de jornal é entregue em concessão pública a um jornalista, ele não pode transferi-la nem vendê-la. As concessões de televisão deste País passam de uma para outra e são vendidas publicamente, e eu nunca vi uma licitação, por exemplo. E ninguém questiona essas concessões e essas transferências porque não tem coragem de questionar.

Então, nós temos que aproveitar esta crise e transformar este País através do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Alírio Neto. Quero anunciar as seguintes presenças: Sra. Luiza Barcelos, do Ministério da Saúde; Sra. Alba Sônia, Assistente Social do SES/DF; Sr. Edilson Santana, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal; Sr. Ricardo de Sousa, PDT, FENATRACOP – Federação Nacional dos trabalhadores da Construção Pesada; Sr. Hélio José da Silva, Secretário de Relações Institucionais e Políticas do PT do Distrito Federal, representando o Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Esta Presidência gostaria de anunciar a presença, neste plenário, da Deputada Jaqueline Roriz e do Deputado Pedro do Ovo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o Deputado Raad Massouh.

(Assume a Presidência a Deputada Eliana Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos os presentes, aos componentes da Mesa. Eu queria dizer que o nosso momento é um momento muito delicado. Temos que ter muita tranquilidade para que possamos realizar um trabalho com muita consciência, com muita transparência, porque não podemos errar.

Acho que, no momento, não cabe mais nenhum erro, muito pelo contrário. Acho que agora o momento é de esquecermos partido, de esquecermos as vantagens e as desvantagens. É o momento certo para que possamos fazer um bom trabalho e resgatar a credibilidade de Brasília, resgatar a imagem da nossa cidade, que foi muito manchada com todo esse episódio. Tenho certeza de que esta Casa saberá fazer o trabalho para que isso aconteça.

Sra. Presidente, eu gostaria simplesmente de sugerir que o item do Programa Ficha Limpa fosse incluído dentro de todo esse processo e de todo este trabalho. O Programa Ficha Limpa é um programa de mobilização popular. Acredito que seria um grande momento para que o incluíssemos, de alguma forma, dentro de todo esse processo, para que pudéssemos dar uma maior transparência, uma maior credibilidade e não corrêssemos nenhum risco de, depois, sermos criticados e, mais uma vez, Brasília ter de pagar por algum tipo de erro.

Muito obrigado a todos e boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde a todos. Sra. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidores, estou me apresentando aqui, mais uma vez, com o prazer muito grande de estar nesta Casa para cuidar dos interesses exclusivos da nossa cidade. Temos passado por turbulências grandiosas que não nos agradam. Porém, o momento exige uma reflexão muito grande, desprendidos de paixões partidárias, desprendidos de paixões pessoais, para que esta cidade possa continuar crescendo, para que ela realmente cresça desprendida de determinados vícios.

Quero agradecer mais uma vez a confiança desta Casa em minha pessoa e dizer que os projetos que forem apresentados durante o período em que eu aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11

estiver, sendo bons para Brasília, com certeza poderão contar com o meu apoio. Muito obrigado e boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Esta Presidência solicita a todos os presentes que tiverem a intenção de fazer uso da palavra para dar suas contribuições a esta proposta de lei que será apreciada na próxima segunda-feira que façam a inscrição no Cerimonial.

Neste momento, concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Fernandes de Moraes Ferreira, representado o Presidente da OAB/DF, Dr. Francisco Caputo.

SR. RODRIGO FERNANDES DE MORAES FERREIRA – Obrigado, Sra. Presidente em exercício, Srs. Deputados, demais presentes.

O Presidente Francisco Caputo pediu-me para representá-lo em razão de um evento, hoje, no Supremo Tribunal Federal, inclusive amplamente divulgado na imprensa, em que se propõe uma manifestação contra a intervenção federal no Distrito Federal.

A OAB coloca-se aqui como uma entidade que procura colaborar na construção da própria redação, enfim, das regras em que se baseará essa eleição indireta.

Primeiramente, eu queria destacar a iniciativa da Câmara de encaminhar um projeto de emenda, o que me parece interessante, já que há uma discussão bastante complexa quanto à constitucionalidade da regra anterior, que previa a manutenção do Governador em exercício. Então, essa adaptação que, a despeito de outras considerações, apresenta uma simetria com a Constituição Federal, parece-me bastante salutar como forma de tentar colocar novamente o Distrito Federal em um patamar de estabilidade institucional.

Uma questão especificamente que eu queria levantar, e que foi até objeto de questionamento da Deputada Jaqueline Roriz há pouco, em conversa comigo, é a respeito do prazo de filiação. Na verdade, nós temos a regra para uma eleição normal, que estipula o prazo de um ano para que possa haver candidatura. Parece-me que, em razão da situação excepcional que vivenciamos, a regra da eleição que se apresenta agora pela vacância do cargo de Governador, que eu saiba, ainda vem sendo discutida. Não sei se há um ponto definitivo estabelecido por esta Casa, mas essa regra deveria ser observada com certa parcimônia.

A meu ver, e foi o que nós discutimos em certa medida na OAB, uma situação excepcional como a que ora se apresenta também enseja determinadas regras excepcionais. Na verdade, nós sabemos que os prazos de filiação se encerraram em outubro do ano passado e, a depender da continuidade dessa regra, haveria uma restrição quanto às candidaturas.

Eu aqui não quero fazer considerações propriamente políticas, mas, muitas vezes, as filiações se dão por problemas partidários, discordâncias políticas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12

ideológicas. E me parece que a manutenção dessa regra que se aplica a uma situação de regularidade, que não existe hoje, significaria restringir o pleito eleitoral, restringir o âmbito daqueles que podem se legitimar, se candidatar às eleições no mês de abril.

Uma primeira sugestão é esta: que nós construamos uma forma em que esse prazo de filiação não se guie pelo prazo que a lei eleitoral coloca para uma eleição em outros moldes; que nós trabalhemos, então, essa ideia de que as filiações tenham outra forma de interpretação, porque, do contrário, nós vamos ter a manutenção de uma regra para uma situação ordinária, quando, na verdade, estamos tratando de uma situação que não é a comum de uma eleição. Basicamente, acredito que essas regras tenham que ser vistas com certa flexibilidade. Parece-me que a forma de se legitimar ou até mesmo observar o cumprimento das exigências para o registro das candidaturas passa também por essa reflexão.

No mais, eu tive a oportunidade de fazer uma leitura das regras colocadas, da proposta encaminhada para as eleições, e, em princípio, no que concerne ao procedimento, nós ainda não temos uma conclusão na OAB, em razão do pouco tempo, a respeito de eventuais obstáculos. Não me parece que existam propriamente problemas de ordem legal no que foi feito até aqui, à exceção apenas de uma questão — que inclusive foi colocada pela imprensa — que diz respeito à própria aprovação da emenda.

Na verdade, esta Casa ainda vai aprovar, de acordo com o devido processo legislativo, a emenda que se propõe e, com essa aprovação, teremos um cenário mais claro para definir essas regras eleitorais. Eu não saberia — não me caberia, até mesmo — dizer se esses prazos poderiam apresentar algum problema. Não me parece. O que nós temos é a perspectiva também da apreciação do pedido de intervenção no Supremo Tribunal Federal talvez ainda no mês de abril. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, acenou com essa possibilidade. Não há ainda, obviamente, uma definição, mas S.Exa. chegou a afirmar que tinha o interesse em levar esse pedido de intervenção à apreciação ainda no mês de abril, antes do fim do seu mandato como presidente do Supremo Tribunal Federal.

Então, parece-me o seguinte – corrija-me se eu estiver enganado, Deputada: o prazo aqui fixado para o empossamento propriamente do futuro Governador se daria dois dias antes do fim do mandato do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a perspectiva, então, de que a intervenção seja apreciada logo em seguida. Então, na verdade, parece-me ser importante também levar em conta essa questão – obviamente, essas questões estão imbricadas, mas não restringem a atuação desta Casa – da perspectiva de apreciação do pedido de intervenção para que não haja um comprometimento do próprio empossamento do Governador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13

Eu me reservo o direito de encerrar aqui. A OAB se coloca à disposição para, oportunamente, com um pouco mais de tempo, poder fazer as suas considerações e apreciações, apresentar sugestões e propostas que possam contribuir com os trabalhos desta Casa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu agradeço a participação do Dr. Rodrigo Fernandes de Moraes Ferreira. Faço, apenas, um lembrete de que esse projeto de lei, como a própria proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, serão votados na próxima segunda-feira, às 10h. Então, qualquer contribuição tem que chegar antes desse prazo.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Torquato Jardim, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, pedindo-lhe que, com sua experiência naquele Tribunal, com seu conhecimento jurídico, possa trazer para esta plenária uma exposição clara da sua opinião sobre a filiação: se deveremos seguir o prazo de um ano antes da eleição — que seria em março do ano passado — ou se nós seguiremos o prazo de inscrição — que foi em outubro, que seria o prazo para a próxima eleição.

Esse já é o nosso primeiro desafio, o nosso primeiro ponto para nos debruçarmos sobre e fazermos uma leitura correta da legislação vigente.

SR. TORQUATO JARDIM – Muito obrigado, Exma. Sra. Deputada Eliana Pedrosa, pelo convite para estar aqui. Deputada Eurides Brito, senhores Deputados, meu nobre colega da OAB, eu vou fazer uma exposição abusadamente didática porque fui professor 25 anos e fiquei com um cacete de, eventualmente, falar mais tempo até chegar à resposta da pergunta que me é posta.

Algumas premissas são necessárias, daí a minha escusa pelo tempo.

O que rege a matéria é o art. 81 da Constituição Federal, ou seja, a vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República e, por analogia, no modelo federativo vinculativo, também de governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

Esta é uma eleição especial e é a primeira premissa constitucional importante. Esta não é uma eleição controlada pela Justiça eleitoral, é uma eleição da competência constitucional exclusiva do Poder Legislativo.

A Constituição é muito clara no art. 81: o Congresso Nacional editará uma lei regulamentando a eleição na hipótese de vacância dos dois cargos na segunda metade do mandato. É só isso que diz a Constituição. É assim em cada estado, quando vive a sua experiência — Ceará e Bahia, em passado mais distante; Tocantins, em passado recente; e agora o Distrito Federal.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, segundo ponto, está sendo corrigida — um pouco tardiamente, mas está sendo corrigida — em dois pontos essenciais, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14

regra de sucessão e na regra da eleição, para se conformar a esse art. 81 da Constituição. Já se aprovou, ao que sei, em primeiro turno e vai se aprovar brevemente em segundo turno.

Então, a sucessão se dá pela eleição indireta e não pela interposição de qualquer outro ocupante de qualquer outro cargo.

É preciso, então, como primeiro passo na boa técnica legislativa, na boa cronologia normativa, que seja editada essa emenda à Lei Orgânica. É dela que surge o mais.

Editada a reforma da Lei Orgânica, tornada essa Lei compatível com a Constituição Federal, esta Casa terá a competência constitucional exclusiva de editar a sua lei especial para tratar dessa matéria.

O que é que vincula a Câmara Legislativa? Obviamente é a Constituição. Então, se a Constituição diz que o candidato tem que ser apresentado por partido político, tem que ter filiação partidária, então o projeto, corretamente, estabelece essa regra.

Quando falamos de tempo de filiação partidária, é conforme define a lei. O que a Constituição diz no art. 14 é... A Constituição não estabelece tempo mínimo de filiação partidária nem tempo mínimo de domicílio eleitoral, é a lei que estabelece, e aqui a lei é a desta Casa legislativa, na minha leitura, conforme competência constitucional, como tem sido nos outros estados. Nada impede – e acho que aqui eu respondo à dúvida do meu prezado colega advogado representante da OAB – que a lei local, soberanamente, acolha um critério da lei eleitoral geral nacional. Mas, se o fizer, será por escolha soberana, incontestável desta Casa legislativa. Aí, então, é que sairá o regulamento. Perdoe-me o Deputado Cabo Patrício, que não está aqui agora, mas este regulamento aqui saiu antes da hora. O regulamento serve para regulamentar uma lei; se não há lei, se não há antecedente, não pode haver consequente. É preciso primeiramente editar a lei.

Outra observação também: como esta eleição é exclusiva desta Casa legislativa, a contestação judicial, que sempre é possível no Estado Democrático, na separação de poderes, caberá perante a Justiça do Distrito Federal. Os recursos contra a lei, o regulamento ou os atos da Mesa, que funciona como órgão eleitoral — está correto o projeto de lei —, devem ser postos, se acontecerem, perante a Justiça comum do Distrito Federal. Não é competência, insisto, da Justiça Eleitoral.

O colega da OAB manifesta preocupação com o cronograma do julgamento da intervenção no Supremo Tribunal Federal. Quer me parecer, e acho que vamos concordar nisso, que são dois compromissos constitucionais paralelos e independentes. Podem se cruzar lá na frente se o Supremo deferir o pedido da intervenção e se o Presidente da República a decretar, porque é um processo complexo. Se o Supremo Tribunal Federal entender presente uma ou mais causas de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15

uma intervenção federal e deferir o pedido do Procurador-Geral da República, esta decisão é comunicada ao Presidente da República.

O Presidente da República não é obrigado a fazer intervenção. Só em uma hipótese o Presidente da República é obrigado a isso: quando a intervenção federal for deferida por descumprimento de ordem judicial, porque aí haverá uma objetiva e direta ofensa ao princípio da separação de poderes.

As outras causas do art. 34 da Constituição pedem juízo de oportunidade e conveniência do Presidente da República. A responsabilidade política e até a responsabilidade administrativa é do Presidente da República, não é do Supremo Tribunal Federal. O Presidente da República tem que editar um decreto dizendo por que faz intervenção, em que condições, em que extensão, em que medida o Judiciário do Distrito Federal ficará inibido, em que medida o Legislativo do Distrito Federal ficará restrito e que objetivos perseguirá o interventor na chefia do Poder Executivo.

Todas essas restrições são submetidas ao Congresso Nacional em até 48 horas. Se o Congresso não estiver reunido, ele é convocado extraordinariamente para esse fim. É competência exclusiva do Congresso aprovar ou recusar a intervenção federal.

Vejam, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o ônus político imenso do Presidente da República de não ver aprovado no Congresso Nacional ou ter que trabalhar politicamente por uma votação no Congresso Nacional para obter aprovação para o seu decreto de intervenção. É uma medida excepcional.

Quando houve intervenção federal no Brasil? Lá atrás, antes da década de 30. Houve uma famosa na Bahia porque o governador não cumpria uma ordem judicial. O Presidente Epitácio Pessoa fez intervenção, e ela durou uns poucos dias e horas necessárias ao cumprimento da ordem judicial. No regime da Constituição de 46, não houve intervenção federal. As intervenções federais em Goiás, em 1964, São Paulo, em 1966, para depor Mauro Borges Teixeira e Ademar de Barros, já foram no regime militar sob o império dos atos institucionais. Já era a alquebrada Constituição de 46, ainda formalmente Constituição do Estado.

Então, isso tudo ponderará o Supremo Tribunal Federal. Insisto que são responsabilidades constitucionais paralelas desta Casa: modificar a Lei Orgânica, o que já está fazendo; editar a lei especial, cujo projeto já existe; e editar a resolução para o que mais for necessário. Para o projeto em si, Sra. Presidente, eu tenho três sugestões. No artigo 2º, na sequência normativa, é preciso que antes seja editada a reforma da Lei Orgânica. Essa norma pressupõe a modificação da Lei Orgânica. Na página três do projeto, o § 3º, inciso VII, é uma grande inovação, mas é um juízo de oportunidade e conveniência desta Casa. "Resumo das Diretrizes Gerais do Plano de Governo que Pretende Implementar no Distrito Federal". É muito interessante. Pode ficar aqui como algo didático e exemplo para o Brasil, mas quem vem por seis ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16

sete meses tem que cumprir o Orçamento que esta Casa já aprovou e tem que cumprir as políticas públicas e as políticas sociais já aprovadas pelas leis desta Casa. Mas é muito interessante.

Agora, como sugestão final, se a Casa quiser pragmaticamente aproveitar este Ato nº 26, acrescente, no final, antes do último artigo, um novo artigo 19, uma norma que convalide o Ato nº 26, para que aqui sejam mantidos os prazos já lançados, porque, eventualmente, o processo político já poderá ter sido iniciado em função do ato. Então, o projeto de lei pode convalidar o ato, o que não prejudica a hipótese da edição de um novo ato para regulamentar o que mais venha a ser necessário, para manter em vigor o calendário aqui posto.

Senhoras e senhores, essas são as observações que eu tinha a fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Agradeço a presença e a contribuição do Dr. Torquato Jardim, que terá que se ausentar daqui a pouco. Dr. Torquato, sintase à vontade para sair na hora em que achar necessário.

DOUTOR TORQUATO JARDIM – Eu agradeço a V.Exa. Acontece que a Justiça Eleitoral é notívaga, as sessões são sempre à noite. E é hoje à noite meu compromisso. Minhas escusas pela ausência. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Hélio José da Silva Lima, da Secretaria de Relações Institucionais e Políticas do PT do Distrito Federal.

SR. HÉLIO JOSÉ DA SILVA LIMA – Sra. Deputada Eliana Pedrosa, Presidente desta sessão, Sra. Deputada Eurides Brito, senhores presentes aqui nesta sessão, nós do Partido dos Trabalhadores – além da Secretaria de Relações Institucionais, estou representando também o presidente do nosso partido – saudamos a Casa por tão importante debate, que, com certeza, contribuirá de forma significativa para o andamento das questões aqui desta Câmara.

Brasília e as instituições, os partidos políticos e as instituições sociais estão de olho no que sairá aqui. Com certeza, a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem a oportunidade de demonstrar a grande importância que tem tido ao longo da história do Distrito Federal, com as ações que se desenrolarão a partir do processo da eleição indireta para esse mandato de sete meses.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos debatido muito o assunto e gostaríamos de deixar bem explícito e claro para esta Casa que nós não gostaríamos, em hipótese nenhuma, que o resultado que saísse daqui servisse como mais uma forma de intervir na disputa, que deve ser uma disputa tranquila, do processo eleitoral que advém em outubro.

Precisamos fazer uma eleição técnica, que consiga dar um norte – como disseram o Deputado Alírio Neto e outros Parlamentares aqui – de moralização, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

um governo transparente, de participação popular, de participação dos conselhos nas decisões. Que possamos também – tal qual o Deputado Reguffe disse aqui – ter uma visão de não abusar da máquina pública com tantas possibilidades de funções comissionadas, isso, aquilo e aquilo outro.

Então, nós do Partido dos Trabalhadores gostaríamos de dizer, com tranquilidade, para esta Casa que estamos torcendo muito para que a solução seja de comum acordo, que atenda a todas as partes e, principalmente, à sociedade do Distrito Federal. O nosso Líder, Deputado Paulo Tadeu, tem participado muito de discussões conosco da Direção Regional do Partido dos Trabalhadores e com todos os Parlamentares de todos os partidos desta Casa com o intuito de tentar construir da melhor maneira possível. Temos conversado muito com o Palácio do Planalto, porque temos consciência de que a intervenção não é o melhor caminho, que a intervenção é desastrosa, como os nossos juristas já disseram aqui. Com certeza, o resultado que teremos no dia 17 – e depois a posse – será bastante significativo para que o Supremo Tribunal Federal possa dar uma posição que atenda aos interesses da sociedade do Distrito Federal.

Então, o Partido dos Trabalhadores está participativo e solidário com o processo transparente e tranquilo que está transcorrendo nesta Casa e torce para que haja uma solução de consenso, de comum acordo e que, principalmente, atenda à população do Distrito Federal.

Obrigado, Sra. Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Paulo Miranda, jornalista.

SR. PAULO MIRANDA – Muito obrigado, Sra. Deputada. Boa-tarde a todos e a todas!

Venho em nome do Senador Cristovam Buarque, que não pôde estar aqui porque fez uma cirurgia na boca ontem à tarde. Com certeza, S.Exa. assinaria embaixo do que disse o Deputado Reguffe, que vem atuando com uma conduta ética impecável, com muita ética na política e também é membro do mesmo partido que o Senador.

Eu só gostaria de acrescentar que o Senador sempre disse que a intervenção aqui seria a falência da política. Mas, com certeza, se esta Casa ouvir os clamores da população do Distrito Federal, elegerá um governador e um vice-governador com ficha limpa, principalmente, e não dará espaço para que o povo rejeite quem sair eleito desta Casa.

Eu encerro aqui essa pequena falação.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Neste momento, convido para fazer uso da palavra o Sr. Nilton Reis, vice-presidente do Partido Verde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18

SR. NILTON REIS – Boa-tarde, Sra. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes. Há apenas dois aspectos que eu queria colocar para reflexão. O primeiro é a questão legal do processo. Eu acho que a parte, como foi colocado pelo representante da OAB... Nós do Partido Verde temos pessoas que estão filiadas e que se filiaram no final do período de filiações, em outubro, que seriam ótimos quadros que a gente poderia colocar à disposição. O Partido queria, exatamente, observar também que tem ótimos quadros para colocar à disposição.

Agora, o que Brasília precisa hoje? De norma. Que daqui para frente, até a posse do novo governador, haja uma normalidade. Eu acho que seria salutar que estudássemos melhor esse assunto e, se for o caso, que se faça apenas a filiação, no TRE, a algum partido. Agora, se isso gerar uma insegurança que venha a inviabilizar o processo ou gerar, após a eleição, questionamentos que não tragam a normalidade para Brasília, eu acho que teremos que nos respaldar o máximo nesse processo. Então, eu queria que a própria OAB contribuísse muito com isso. Essa é a vontade do Partido Verde.

A outra posição que eu acho importante colocar é de caráter político. Eu acho que, para a sociedade, seria muito bem visto um desprendimento dos nossos Parlamentares na indicação de um nome que não seja da Casa. Então, acho que essa seria uma sinalização para esses seis meses muito importantes para todos aqui no DF, na visão do Partido Verde.

Era só isso. Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu entendo as palavras do Sr. Milton, representante e vice-presidente do Partido Verde, embora eu tenha uma discordância. O fato de ser Parlamentar desta Casa não tem que ser fator excludente dentro da eleição. Se o Partido Verde tivesse representante aqui, talvez a proposta não fosse feita. O que impediria um Parlamentar de se candidatar, se ele está filiado, se ele corresponder a todos os critérios de elegibilidade? O Princípio da Igualdade, um dos princípios que estão esculpidos na nossa Constituição, deixaria de ser observado. Então, penso que a Constituição, neste momento, prevalece.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Tiago Monteiro Tavares, assessor parlamentar da Associação Comercial do Distrito Federal.

SR. TIAGO MONTEIRO TAVARES – Boa-tarde a todos. Sra. Presidente, Deputada Eurides Brito, demais convidados, em nome da presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Dra. Daniele Moreira, agradeço o convite para que a entidade participasse desse debate nesta comissão geral para debater assunto tão relevante para o Distrito Federal.

A Associação Comercial do Distrito Federal foi fundada em 1957, antes mesmo da criação de Brasília, para defender os interesses de uma classe que já era unida naquela ocasião e que construiu, sim, a cidade. Naquela ocasião, Brasília não tinha representação política e não tinha nenhuma outra entidade em que as pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19

pu dessem se reunir e as demandas da cidade pu dessem ser ouvidas. Assim, em meados de 1977, a Associação Comercial começou a receber em seu auditório a população do Distrito Federal para que a população pu desse expor as suas demandas. Foi baseada nisso que a Associação Comercial encabeçou os debates sobre a autonomia e representação política do Distrito Federal. E foi assim que conseguiu aprovar no Congresso Nacional a criação da Câmara Legislativa, na Constituição Federal de 1988.

Não seria num momento tão relevante e numa situação tão delicada pela qual o Distrito Federal passa, em que toda a população se sente envergonhada, que a Associação Comercial do Distrito Federal não estaria representando, sim, não só o segmento comercial, mas toda a sociedade, em nome dessa história política que a Associação Comercial tem de ter ouvido toda a população do Distrito Federal e encabeçado os debates que resultaram na criação desta Casa.

Essa autonomia política precisa ser defendida para que a população do Distrito Federal possa defender democraticamente as suas demandas através dos seus representantes eleitos. A Associação Comercial acredita na representatividade desta Casa e por isso acha que esta Casa não pode, de maneira nenhuma, ser extinta. Esta Casa é democrática, esta Casa é a voz do povo, esta Casa é a essência da democracia. Por isso, a Associação Comercial do Distrito Federal defende que esses problemas que estão ocorrendo hoje, em nível de governo, possam ser resolvidos seguindo-se os preceitos legais. Também acreditamos fortemente na representatividade, na imparcialidade dos Parlamentares desta Casa. E é por isso que defendemos que não haja uma intervenção política. Que possamos acreditar e que toda a população acredite que os Deputados são imparciais, suficientemente, para eleger uma pessoa que possa resolver os problemas da cidade, que tenha um histórico no Distrito Federal de luta por esta cidade e que seja, também, imparcial. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Eu agradeço a participação de todos os que usaram a tribuna. Como não há mais nenhum inscrito, vou fazer as minhas considerações finais.

Esta comissão geral é fruto de um esforço coletivo. Começou, inicialmente, no meu gabinete e nos gabinetes do Deputado Paulo Tadeu e do Deputado Alírio Neto. Contamos com a participação de muitos técnicos. Especialmente, quero destacar o Adenauer, o Willemmann, do gabinete do PT, o Antônio Carlos, do gabinete do Deputado Alírio Neto, o Itamar, da Assessoria de Plenário, o Luís Humberto, a Noêmia e a Cinthya, da Assessoria Legislativa. Acho que esta comissão geral é um reencontro da Câmara Legislativa com a opinião pública, com a população em geral. Nós vivemos o nosso momento mais delicado e este espaço que foi aberto foi um espaço para que ficasse bem claro que a Câmara Legislativa não quer, através dos seus 24 Parlamentares, impor uma regra eleitoral para essa eleição tão excepcional, como já mencionado aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20

É importante dizer que este espaço foi um espaço para o qual chamamos toda a população do Distrito Federal, a fim de que pudesse trazer as suas contribuições para um projeto que nós votaremos na segunda-feira próxima. Um projeto que vai definir os critérios de elegibilidade para um governo tampão, de oito ou nove meses, mas que tem uma importância ímpar na história do Distrito Federal, que é conduzir esse governo até 31 de dezembro, na passagem de um novo governo, garantindo todos os grandes projetos que foram iniciados porque todos eles, dentro do programa de governo estabelecido, foram obras discutidas com a comunidade, obras de importância fundamental, quer sejam na área da Educação, na área da Saúde, na área dos Transportes, enfim, que mexem definitivamente com a vida de cada cidadão brasileiro, que dão mais garantias da qualidade de vida. Nós estamos falando de um governo que tem de atravessar esse período reerguendo o nome da capital brasileira, porque, se nós viajarmos por todo o Brasil, hoje, nós veremos que não são duas, três ou quatro pessoas citadas num processo investigatório que estão sendo achincalhadas, que estão sendo vistas de maneira desconfiada como se tudo de errado fosse produzido aqui e por toda a nossa gente. É uma reflexão muito grande porque a crise existe. Nós temos que nos aprofundar na pesquisa, na análise de tudo o que aconteceu; ninguém quer varrer nada para debaixo do tapete. Não podemos deixar passar a constatação de que há uma inversão dos papéis, há uma inversão, inclusive, de um ordenamento constitucional em que as pessoas simplesmente citadas passam a ser culpadas. Isso é muito grave! Quando acontece com os outros, talvez seja fácil aceitarmos. A história está aí para provar que a extensão é muito fácil. Começa pequenininho, começa com um, dois, três, quatro, cinco, e depois alcança multidões. Então, nós temos que ser duros, temos que ser firmes na análise da corrupção, mas temos que ter em mente que temos que dar o direito pleno de defesa a cada cidadão. Cabe àquele que acusa apresentar as provas contra aqueles que são citados.

Acho que a Câmara Legislativa mostra que as instituições e, particularmente, este Parlamento está funcionando, abre espaço não só para uma discussão interna, mas para toda a sociedade. Estamos dando transparência. Queremos que a pessoa eleita tenha esse compromisso com tudo o que está sendo feito e que as obras sejam terminadas, que os serviços continuem com qualidade, melhorando ainda mais. Contudo, queremos um pouco mais: queremos que seja um governo reconhecido pela população, que trabalhe com transparência, que trabalhe em consonância com a Câmara Legislativa e que dê realmente uma satisfação à população do Distrito Federal e do Brasil. Eu penso que o trabalho feito pela Câmara Legislativa, por esses técnicos e pelos gabinetes parlamentares que trabalharam nessa proposta, merece elogios, porque muito pouco foi acrescentado ao texto. Mas as contribuições que foram apresentadas serão consideradas e adequadas ao texto como uma contribuição importante daqueles que vieram aqui participar.

Eu agradeço a presença de cada um. Antes de encerrar, o representante da OAB ainda quer fazer observações que talvez sejam importantes para nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   03   2010	15h40min	21ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	21

DR. RODRIGO FERNANDES DE MORAES FERREIRA – Obrigado, Deputada, por me franquear novamente a palavra. Na verdade, eu queria só fazer um esclarecimento. O Dr. Torquato apresentou com bastante propriedade os contornos jurídicos ao salientar, inclusive, que cabe especificamente a esta Casa tratar das regras deste pleito eleitoral. De todo modo eu queria só consignar novamente que o que nós temos por parte da OAB é um posicionamento, uma sugestão, enfim, neste processo de contribuição no sentido de que esta exigência do prazo de um ano de filiação seja levada em consideração, possa ser repensada. Por quê? Porque eleição indireta já é uma exceção, já não há uma participação direta da população. Então, o que nos parece? Abrindo espaço para as filiações que não obedeçam propriamente à legislação eleitoral, nós vamos franquear uma participação mais ampla, uma participação, enfim, que realmente envolva a sociedade brasileira no processo eleitoral. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Nós vamos discutir essa proposta aqui na Casa, mas eu gostaria também de mencionar a visita que fizemos ao presidente do TRE. S.Exa. nos orientou a optar pela melhor proposta, que seria aquela que mais se aproximasse da proposta da Lei Eleitoral. Inclusive, falou que seria realmente preocupante se fugíssemos da Lei Eleitoral, que já está posta. É muito mais fácil segui-la do que inventarmos novas regras aqui.

Acatando a sugestão do Doutor Rodrigo, vamos submeter a matéria aos demais pares para discuti-la antes da aprovação do projeto de lei.

Eu apresentei um projeto de resolução para anular as regras. Como bem disse o eminente Dr. Torquato Jardim, como se pode ter uma regra se não se tem a lei? Então, para que nós pudéssemos estar perfeitamente alinhados à Constituição Federal, a todas as normas legais, inclusive com Regimento Interno desta Casa, que não dava essa atribuição à Mesa Diretora, nós propusemos a revogação do Ato nº 26 da Mesa Diretora. Toda essa situação será sanada na segunda-feira, quando votaremos o segundo turno da Lei Orgânica e, logo em seguida, em sessão extraordinária, os primeiro e segundo turnos da lei que disciplinará a votação para governador e vice-governador do Distrito Federal.

Eu agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a comissão geral às 16h57min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 60-Suplemento, de 06/04/2010.*